



CONFLUÊNCIAS POSSÍVEIS ENTRE A DECOLONIALIDADE E A CIDADANIA COMUNICATIVA

Micael dos Santos Olegário¹

Reges Schwaab²

Resumo: O presente texto traz apontamentos e elaborações sobre questões teóricas e metodológicas que permitiriam pensar como a comunicação, na ótica da confluência de saberes, pode ser afetada pela perspectiva decolonial, entendida aqui como grande caminho para fazer trabalhar o pensamento sobre a comunicação latinoamericana. Imaginar tal horizonte teórico-metodológico e político nos parece salutar e oportuno para que os modos de produção do conhecimento nos campos da comunicação do jornalístico sejam histórico e socialmente referenciados, em especial, em países reprimidos e marginalizados pelo colonialismo e pela colonialidade do poder, do saber e dos modos de ser. Em via propositiva, trazemos aproximações entre essas linhas e a perspectiva da cidadania comunicativa, considerando, em um breve gesto interpretativo, alguns movimentos de mídias jornalísticas independentes no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Cidadania Comunicativa; Decolonialidade; Cultura; Mídias Independentes.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte de uma pergunta/provocação acerca das aproximações possíveis entre a cidadania comunicativa e a decolonialidade, com o objetivo de aprimorar as possibilidades e caminhos para pensar estes conceitos no âmbito das pesquisas em comunicação. O trabalho se insere na trilha de discussões do *milpa - laboratório de jornalismo* (UFSM/CNPq) e de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O texto traz a intencionalidade de aprofundar as reflexões em torno dos estudos decoloniais na comunicação latinoamericana, tomados como proposta teórico-metodológica e política para pensar os modos de produção do conhecimento no campo da comunicação e o fazer jornalístico nos países historicamente reprimidos e marginalizados pelo colonialismo e

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Jornalista formado pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Membro dos grupos de pesquisa *milpa - laboratório de jornalismo* (UFSM/CNPq) e Diálogos do Pampa (Unipampa/CNPq). E-mail: micaelolegario12@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e do Departamento de Ciências da Comunicação (Campus Frederico Westphalen). Doutor em Comunicação e Informação. Coordena o *milpa - laboratório de jornalismo* (CNPq/UFSM). E-mail: reges.ts@gmail.com.



pela colonialidade do poder, do saber e dos modos de ser (Luciana BALLESTRIN, 2013; Walter MIGNOLO, 2017; Anibal QUIJANO, 1998). Para isso, a releitura dos autores e das autoras que ajudam a constituir esses estudos faz parte do primeiro tópico do artigo.

Em um segundo momento, cumpre fazer uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de cidadania comunicativa, partindo da sua definição pela pesquisadora María Cristina Mata e passando por ressignificações feitas por outros autores e autoras do campo da comunicação. Neste mesmo tópico, realiza-se o primeiro esforço de aproximação entre os dois conceitos: cidadania comunicativa e decolonialidade - o que se pretende com maior ênfase por meio do diálogo com outros dois conceitos/perspectivas: a *confluência*, segundo definição de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) e a *transmetodologia*, conforme explicada por Alberto Efendy Maldonado. Esse esforço reflexivo se justifica pelo fato das pesquisas em torno destes conceitos ainda estarem em fase de desenvolvimento na comunicação latinoamericana e, especialmente no contexto brasileiro, onde a maioria das investigações ainda se relaciona com as tradições estadunidenses e europeias de pensar o campo da comunicativo e jornalístico.

Ainda que de modo breve, igualmente interessa pôr em evidência os movimentos de mídias independentes em direção a uma postura decolonial e atrelada à cidadania comunicativa. Para isso, são observadas ações/movimentos feitas por três mídias: *Nonada Jornalismo*,³ *Sul21*⁴ e *Mangue Jornalismo*.⁵ Esse último tópico demonstra uma tentativa prática acerca das possibilidades que se abrem a partir da aproximação teórica pretendida ao longo do trabalho.

OS ESTUDOS DECOLONIAIS NA COMUNICAÇÃO

A perspectiva decolonial nas pesquisas em comunicação aparece como resposta aos limites e às amarras do pensamento ocidental/moderno e da colonialidade. Em suas pesquisas, Erick Rolando Torrico Villanueva (2022) aponta o surgimento de um “locus de enunciação” para repensar os estudos de base estadunidense e europeia, com ênfase positivista e tecnocrática, incorporadas na comunicação latinoamericana e que se revelam em diferentes

³ Disponível em: <https://www.nonada.com.br>. Acesso em 3 jun. 2024.

⁴ Disponível em: <https://sul21.com.br>. Acesso em 3 jun. 2024.

⁵ Disponível em: <https://manguejornalismo.org>. Acesso em 3 jun. 2024.



dimensões institucionais, sociais, econômicas e culturais, ou seja, no modo de construção de representações e discursos na mídia (Erick TORRICO VILLANUEVA, 2022).

Segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1998), a proibição do uso das línguas maternas pelos povos originários e povos africanos descortina uma das dimensões da colonialidade do poder, termo utilizado pelo autor para descrever a racionalidade que divide, hierarquiza e cria desigualdades entre colonizados e colonizadores. Deste modo, percebe-se como a linguagem e, em consequência a comunicação, manifesta-se na repressão cultural e dos processos de dominação executados pelos colonizadores na América Latina (QUIJANO, 1998).

Antes de seguir, cumpre destacar a distinção entre descolonização, processo de independência administrativa dos países da América Latina e África, e decolonialidade, perspectiva epistemológica, intelectual e política que procura romper com as diferentes dimensões da colonialidade do ser, saber e viver (MIGNOLO, 2017; Eduardo RESTREPO, 2014). Mais que apenas propor um novo paradigma, a inflexão decolonial ou giro decolonial busca outras formas de pensar e produzir academicamente.

Na comunicação, a decolonialidade abre as portas para mudar o lugar das perguntas, a exemplo do que é proposto por Martín-Barbero (2006) por meio dos estudos culturais de recepção. Significa também colocar diferentes cosmovisões no centro das preocupações dos estudos desse campo, a exemplo do que Verônica Maria Alves Lima (2023) faz ao propor a conexão entre os estudos decoloniais e o conceito de encruzilhada, originado nas tradições de Exu, como chave para um movimento transgressor, crítico e intersubjetivo. Estes dois movimentos apontam na direção da transdisciplinaridade, característica da atitude decolonial, descrita como uma série de tentativas para se:

apropriar criticamente do uso de múltiplas disciplinas e métodos, sobretudo nas ciências humanas e nas ciências sociais, e a construir novas categorias metodológicas, formas discursivas, práticas pedagógicas e políticas e espaços institucionais que procurem expandir os espaços de emancipação, liberação e decolonização do poder, do ser e do saber (Nelson MALDONADO-TORRES, 2016, p. 78).

De acordo com Nelson Maldonado-Torres, o fato de pesquisas decoloniais não possuírem métodos rígidos e recusarem a divisão entre razão e emoção, faz com que se levantem questionamentos sobre essa perspectiva/atitude de pensar. No entanto, como lembra o autor, essa divisão favorece o sistema moderno/colonial e, conseqüentemente, as



desigualdades que este modelo erigiu e procura sustentar (MALDONADO-TORRES, 2016). Afinal de contas, a quem interessa a execução de pesquisas que olhem para os conteúdos, discursos e meios como principais responsáveis pelos processos e relações na comunicação? De acordo com Lima, para que a perspectiva decolonial cresça, frutifique e possa ter uma dimensão prática, é necessário construir uma postura epistêmica para as pesquisas e pensamento na comunicação. Em outras palavras:

Fazer do trabalho comunicacional/intelectual uma forma de compromisso com a vida: a potencialização da vida deve ser a base da posição epistêmica da(o) comunicador(a)/pesquisador(a)/cidadã(o), o que inclui relações interpessoais e até a escolha de palavras e gestos (Verônica Maria Alves LIMA, 2023, p. 134).

Ao trazer essas reflexões para o âmbito específico do jornalismo, a atitude decolonial permite questionar lógicas e fazeres que se cristalizaram ao longo dos anos e demarcam um modo "validado" de construir narrativas, por exemplo, na escolha das fontes/personagens a ouvir, das imagens e, em última instância, das palavras e dos dizeres que podem vir à tona.

A perspectiva decolonial permite não apenas um olhar mais profundo sobre o que representa o jornalismo e sua prática na sociedade contemporânea, mas também instiga a observação das práticas que se diferenciam ao apresentar outras formas possíveis de abordagens, a partir de olhares mais plurais, que contemplem aspectos e grupos sociais historicamente marginalizados pelo paradigma moderno-capitalista (LIMA, 2022, p. 78–79).

Dentro de nossos interesses de pesquisa, muito especialmente, a decolonialidade também oferece contribuições relevantes para pensar a cobertura do jornalismo ambiental, ou seja, as notícias e reportagens que possuem o socioambiental e o meio ambiente como foco ou ponto de partida. Em suas pesquisas sobre o tema, Loose e Girardi (2021) discutem a possibilidade de relação entre os debates em torno da postura do jornalismo diante da natureza e a decolonialidade, uma vez que “pensamento colonial reduz a natureza a recurso natural, gerando uma ruptura entre as relações sociedade-natureza existentes” (Eloisa Beling LOOSE; Ilza Maria Tourinho GIRARDI, 2021, p. 326). Sendo assim, apontam as autoras, torna-se essencial uma consciência decolonial para o exercício do jornalismo ambiental.

É possível ir além e incluir, além de uma preocupação com a vida e a natureza - características do jornalismo ambiental - um olhar para a cidadania, para a justiça e para o bem-comum, entendendo estes como contextos indissociáveis da prática jornalística. É essa a



proposta de Anna Júlia Carlos da Silva e Reges Schwaab em sua descrição do jornalismo socioambiental:

Ao propormos a aproximação ao jornalismo a partir do horizonte socioambiental, em articulação aos princípios das correntes crítico-utópica e decolonial, observamos um promissor espaço de propulsão de uma abordagem outra, especialmente condizente com o que está presente desde as raízes e em todo processo histórico que caracteriza o território latino-americano. O gesto de dizer a América Latina em sua complexidade precisa ser, inerentemente, um gesto decolonial (Reges SCHWAAB; Ana Júlia Carlos DA SILVA, 2023, p. 121).

São estas outras abordagens transdisciplinares que podem permitir superar o que Malcom Ferdinan chama de fratura colonial, o afastamento promovido pelo sistema mundo moderno/colonial que coloca debates sociais e ambientais separados (Malcom FERDINAND, 2022) e que se manifestam também na comunicação jornalística.

Feitas tais considerações sobre as relações entre a decolonialidade, a comunicação e o jornalismo, uma das provocações que se evidenciam é: quais os modos de introduzir estas questões no cotidiano das pessoas e das mídias? Como inserir a decolonialidade nos espaços de disputa de poder e de dizer?

CIDADANIA COMUNICATIVA PARA DESCOLONIZAR AS MÍDIAS

Os estudos que relacionam a comunicação com a cidadania ganham corpo a partir dos anos 1990, como uma sequência das investigações que problematizam as dimensões da cultura e da mediação na sociedade. Daí decorre o fato das reflexões de Jesús Martín-Barbero (2006) sobre as mediações e sobre as formas de resistência contra as mídias hegemônicas estarem na base teórica e metodológica dos estudos de cidadania comunicativa, sobretudo no contexto da América Latina.

Em um primeiro momento, faz-se necessário afastar a ideia de cidadania da noção liberal e ancorada no aspecto dos direitos políticos/jurídicos. Para isso, as reflexões de Adela Cortina (2005) oferecem importantes contribuições sobre a cidadania, a partir do entendimento desta como um conceito mediador entre concepções de justiça e aspectos de pertencimento e identidade, ou seja, para além da noção de direitos e deveres políticos. O que passa a interessar



é o potencial da cidadania como a participação dos sujeitos de forma ativa na sociedade, apontando demandas e necessidades.

Se a cidadania depende de uma ação ativa dos sujeitos no espaço público e, se a comunicação e mediação possuem papel central neste mesmo espaço, é essencial entender até que ponto a comunicação pode ser também um conceito mediador da cidadania. É essa relação que vai ser o foco das reflexões de Maria Cristina Mata (2006), que define cidadania comunicativa como a capacidade de participar de forma ativa na sociedade mediada. Segundo a autora, a cidadania comunicativa pode ter diferentes categorias ou fases: formal, reconhecida, exercida e ideal, sendo esta última caracterizada pela utopia da participação efetiva dos sujeitos nos âmbitos de disputa de poder (Maria Cristina MATA, 2006).

A partir de seu contexto de lutas culturais e políticas na Argentina, Mata (2006) problematiza o modo como os cidadãos, sobretudo as minorias sociais, os mais excluídos e periféricos, podem se fazer visíveis diante dos meios hegemônicos de comunicação e produção cultural e simbólica. Portanto, reconhecer a condição das pessoas na sociedade mediada é essencial para pensar na cidadania comunicativa, uma vez que esta pressupõe a “capacidade de ser sujeito de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho” (MATA, 2006, p. 13). Ainda de acordo com a autora, a falta de aprofundamento e contextualização, no caso da cobertura jornalística, pode levar à invisibilidade de determinados sujeitos e identidades, por exemplo, quando os mais pobres e periféricos só aparecem na televisão por conta do acontecimento de um desastre climático.

Alberto Efendy Maldonado (2015) reflete sobre os modos de produção cultural e simbólica na América Latina. Através do que chama de postura transmetodológica, o autor defende a convergência entre métodos para superar obstáculos e exclusões constituintes da sociedade atual, especialmente no âmbito científico e midiático. A diversidade dos processos socioculturais e os contextos históricos variados dos sujeitos são compreendidos como alternativas para construir e fomentar a cidadania comunicativa e a transformação social, na direção de “uma força de produção política subversora que potencialize e configure culturas de fraternidade, poesia, fruição estética, afeto, trabalho inventivo, contradição produtiva e multiculturalidade democrática” (Alberto Efendy MALDONADO, 2015, p. 723). A reflexão criativa é tomada como um contraponto diante das contradições que perpetuam exclusões no



contexto midiático, como das pessoas com deficiência, muitas vezes impedidas de acessar conteúdos e informações por barreiras comunicacionais.

Em sua tese de doutorado, Thays Helena Silva Teixeira (2019) faz uma revisão dos conceitos de cidadania e cidadania comunicativa. Segundo a autora, a complexidade da cidadania reside nas multiplicidades dos sujeitos, bem como das dimensões históricas e culturais, além de outras particularidades que interferem nas práticas cotidianas e na formação das identidades dos sujeitos e comunidades.

Ao fazer uma análise dos processos comunicacionais de resistência do coletivo “Lagoas do Norte, pra quem?”, Teixeira (2019) propõe uma racionalidade teórico-metodológica que utilize a cidadania para pensar processos comunicativos e midiáticos. De acordo com a autora, a cidadania comunicativa deve ser atrelada a práxis de resistência, emancipação e construção de novas discursividades.

A cidadania comunicativa é esse movimento comunicacional que reflete as condições dos sujeitos diante dos sistemas midiáticos e que o aponta como movimento de resistência diante desses modelos tradicionais de fazer e consumir comunicação e informação (Thays Helena Silva TEIXEIRA, 2019, p. 45).

Em uma revisão sobre a cidadania comunicativa e as inter-relações estabelecidas entre os sujeitos em contexto midiático, Felipe Collar Berni (2022) descreve a cidadania como um campo de disputas, tendo a comunicação como uma dimensão constitutiva, uma vez que é através dos processos comunicativos que os sujeitos estabelecem relações interculturais e vínculos sociais. Para o autor, a comunicação é essencial para a democratização da cidadania e para uma redemocratização das mídias, especialmente em um contexto latino-americano. Assim a cidadania comunicativa não é algo dado, mas sim um direito que precisa ser conquistado “a partir das experiências e saberes cotidianos” (Felipe Collar BERNI, 2022, p. 19), o que vai ao encontro da perspectiva decolonial, quando esta pressupõe uma resistência às formas de dominação simbólica, cultural e comunicacional da vida, uma resistência à colonialidade que afeta também as mídias jornalísticas.

CONFLUÊNCIAS ENTRE CIDADANIA COMUNICATIVA E DECOLONIALIDADE



Na obra “A terra dá, a terra quer”, o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023), mais conhecido como Nêgo Bispo, apresenta uma cosmovisão que se contrapõe ao humanismo que enxerga o planeta como uma grande fonte de recursos em prol da ideia de “progresso” civilizatório. Entre os conceitos que o autor apresenta está o termo “confluência”, descrito por ele como uma forma de alteridade epistemológica, uma “palavra germinante” com a capacidade de conectar saberes, sentires e viveres de modo “biointerativo” (Antônio BISPO DOS SANTOS, 2023). Dito de forma mais exemplificada e prática:

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio. Ao contrário: ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 15).

A confluência pode ser, portanto, interpretada como a articulação entre diferentes teorias e metodologias. Além de uma postura epistemológica que se liga a formas de pensar e construir conhecimento, a confluência permite integrar saberes e vivências, como dimensões também relevantes para as reflexões contemporâneas, principalmente quando o objetivo é confrontar a colonialidade. Assim como a postura transmetodológica descrita por Maldonado (2015), a confluência também pode servir como caminho para estabelecer o diálogo entre diferentes perspectivas, teorias e conceitos, neste caso entre a cidadania comunicativa e a decolonialidade. Mais do que somente uma tentativa abstrata de aproximar duas correntes de pensamento que desde sua gênese já possuem tradições em comum, como o questionamento da racionalidade moderna e tecnocultural, interessa compreender de que modo estes conceitos podem ser articulados na construção de um modo de pesquisar, investigar e olhar para o exercício da comunicação e do jornalismo no contexto contemporâneo.

Assim como as pesquisas sobre cidadania comunicativa, os trabalhos sobre decolonialidade também possuem parte de suas bases nos estudos culturais, como descrevem Axel Rojas e Eduardo Restrepo (2010). A diferença está, sobretudo, no lugar de onde se partem as reflexões, uma vez que o pensamento decolonial busca denunciar as lógicas do sistema mundo/colonial e da colonialidade do ser, do saber, e do poder que incidem sobre a América Latina (MIGNOLO, 2017), ou seja, em um âmbito mais reflexivo e de produção de sentidos/sentimentos. Enquanto isso, as reflexões cidadania comunicativa lançam o olhar para as disputas de poder e a dominação política, institucional e simbólica na esfera midiática.



Em relação às suas bases é possível perceber que a defesa feita por Martín-Barbero (2006) da resistência através da cultura como forma de quebrar a cultura hegemônica, dialoga e vai ao encontro da ideia de produção cultural subversiva de Aníbal Quijano (1998), entendida como forma que os povos colonizados encontraram de evocar sua própria cultura e, consequentemente, resistir à dominação imposta pelo processo de colonização e pela colonialidade. A partir deste contexto, Quijano (1998) analisa como o conflito entre repressão e resistência provoca uma tensão e afeta os modos de produção de conhecimento e a subjetividade do que é feito aqui, o que reverba nos processos comunicacionais e midiáticos.

Junto a este diálogo, o pensamento de Malcolm Ferdinand (2022) convida a compreender as relações entre colonialidade e cidadania. Segundo o autor, desafiar a ordem colonial passa pela construção de subjetividades e por ações políticas concretas, desde a mudança de nomes de ruas, até a forma como históricas são contadas e vistas. Em seu trabalho, Ferdinand analisa o modo como a colonialidade imposta ao longo de séculos de dominação, não somente através das colônias, mas de uma racionalidade, uma forma de habitar o mundo, separa os debates sobre questões ambientais, sociais, raciais, de gênero e inclusão. Essa “fratura colonial” gera violência e exclusões, colocando grupos de pessoas em uma posição “fora-do-mundo”, descrita como a falta de direitos humanos e de participação nos âmbitos político, histórico e cultural (FERDINAND, 2022), ou seja, a falta de cidadania e possibilidade de participação ativa nos espaços de disputa de poder.

Do que pode ser apreendido que, o lugar da comunicação e do jornalismo pode servir para manutenção hegemônica de um “habitar colonial”, a exemplos de notícias que descrevem ações de movimentos de luta por terra como “invasões”, narram histórias de pessoas com deficiência pelo viés da superação/inspiração ou quando mulheres e pretos aparecem apenas em matérias sobre tragédias e crimes, mas nunca como especialistas em alguma área - para citar apenas alguns exemplos mais corriqueiros. Por outro lado, a comunicação e o jornalismo possuem igualmente potência para promover novas discursividades, a diversidade e a cidadania, entendida para além dos direitos e deveres. Sendo as mídias um espaço privilegiado para propor narrativas e cotejar representações de mundo, podem permitir a participação efetiva dos sujeitos nos âmbitos de disputa de poder e na esfera midiática, no modelo de uma práxis de resistência baseada na cidadania comunicativa (TEIXEIRA, 2019), ao mesmo tempo que sirva como ponte



para um “navio-mundo” de inclusão e justiça (FERDINAND, 2022). Como exemplo, podem ser citadas atitudes como diversificar fontes especializadas para ouvir mulheres e pessoas pretas, tornar a acessibilidade comunicativa um elemento das produções jornalísticas, tal como defende Marco Bonito (2015), e descrever as ações de movimentos sociais e povos indígenas como lutas de resistência contra as diferentes dimensões da colonialidade.

PASSOS DO JORNALISMO EM DIREÇÃO À DECOLONIALIDADE E CIDADANIA

Com o objetivo de observar a maneira como um múltiplo olhar para a decolonialidade e cidadania comunicativa permite construir outras formas de comunicar e ir ao encontro de uma episteme decolonial para a comunicação (LIMA, 2022; TORRICO VILLANUEVA, 2018), esta parte do artigo é dedicada a discutir ações adotadas por três mídias jornalísticas independentes, interpretadas como movimentos de abertura para a decolonialidade e cidadania. É necessário ressaltar que as reflexões e tensionamentos aqui apresentados possuem caráter inicial, como parte de uma pesquisa de mestrado em andamento.

O primeiro dos exemplos/movimentos a serem observados está nas proposições do *Nonada Jornalismo*, mídia criada em 2010, no Rio Grande do Sul, com foco na cobertura da cultura brasileira para além das manifestações artísticas.⁶ Entre os eixos/editorias que guiam as produções do *Nonada* estão: Políticas Culturais; Processos Artísticos; Culturas Populares; Direitos Humanos e Culturais; Memória e Patrimônio; Comunidades Tradicionais e, a mais recente, Clima e Cultura.

Lançada oficialmente em janeiro de 2024⁷, a editoria *Clima e Cultura* leva em consideração o contexto das mudanças climáticas em curso no planeta e os impactos em diferentes âmbitos culturais, desde a destruição de prédios históricos até a degradação das condições de trabalho de artistas de rua. Paralelamente, houve o lançamento de uma revista temática sobre *Cultura e Justiça Climática*. Esses movimentos demonstram um esforço para romper com a fratura colonial que também afeta a cobertura jornalística sobre as mudanças

⁶ Vale destaque também o viés decolonial assumido pelo *Nonada* em sua linha editorial e autodescrição: Ver em: <https://www.nonada.com.br/sobre-2/>

⁷ <https://www.nonada.com.br/2024/01/nonada-cria-editoria-sobre-clima-e-cultura-e-lanca-revista-tematica/>



climáticas, mostrando as formas como o agravamento da crise climática, ligada a ação humana e ao habitar colonial, incidem sobre uma dimensão ordinária do cotidiano: a arte e a cultura, tal como reflete Ferdinand (2022). O movimento do *Nonada* também vai ao encontro de romper com dicotomias e abrir espaço para diferentes vozes e atores sociais, neste caso artistas e trabalhadores/as da cultura, na esfera midiática. Exemplo que conversa com as operações político-intelectuais propostas por Lima (2023) ao descrever a encruzilhada e a construção de uma comunicação decolonizante, o que demanda “recontar as histórias, em diferentes formas, tecer novos enredos a partir de outros valores, repotencializar os saberes e epistemes historicamente silenciados” (LIMA, 2023, p. 132). Particularmente nesta proposta editorial, percebe-se a intencionalidade de construir dizeres outros na cobertura das mudanças climáticas e de questões culturais.

Outra ação que vai ao encontro de uma abertura das mídias para a participação ativa dos sujeitos pode ser observada pela criação do *Conselho de Interlocutores Externos* pela *Mangue Jornalismo*,⁸ mídia independente de Aracaju, Sergipe. A ação em questão busca estimular o acompanhamento crítico da própria mídia. Para isso, um grupo de diferentes pessoas da sociedade civil fará reuniões semestrais para avaliar as ações da *Mangue*.

Conforme aponta Teixeira (2019) para que as “cidadanias” (no plural) das pessoas e grupos sociais possa se tornar de fato um práxis é necessário criar “mecanismos que burlam os escritos da comunicação massiva, dos conglomerados e fazem essa comunicação periférica da práxis, do mundo concreto, do direito a ser visto” (TEIXEIRA, 2019, p. 42). Diante deste contexto, dar condições para que os leitores avaliem criticamente as produções amplia as tradicionais formas de participação e influência sobre as redações como os espaços para comentários e os artigos feitos por *ombudsmans*.

O terceiro movimento para o qual se pode lançar um olhar decolonial, no sentido de promover a cidadania comunicativa e vice-versa, foi a criação da *Associação Ecoa* por jornalistas do portal *Sul21*⁹, mídia independente também do Rio Grande do Sul. Além da defesa da liberdade de imprensa, a entidade tem como objetivo a promoção de ações que integrem

⁸<https://manguejornalismo.org/mangue-jornalismo-instala-conselho-de-interlocutores-externos-grupo-de-leitores-realiza-o-controle-social-das-atividades-jornalisticas-mangue/>

⁹<https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/04/jornalistas-do-sul21-criam-associacao-em-defesa-da-comunicacao-independente/>



aspectos como meio ambiente, cultura, cidadania, direitos humanos, diversidade, direito à cidade e alimentação adequada. Essa postura se relaciona com a busca pela construção de um outro jornalismo na América Latina, o que implica aos jornalistas assumirem suas experiências durante os atos de noticiar e reportar, afastando a ideia de neutralidade das mídias e construir uma “base da ação e da reflexividade do sujeito jornalista, eticamente implicado, portanto, na coragem de assumir responsabilidades” (SCHWAAB; DA SILVA, 2023, p. 123). Nesta direção, ao criar uma organização para participar de modo ativo da sociedade civil, os jornalistas do *Sul21* assumem uma postura de defesa do exercício de sua cidadania, o que pode ser interpretado como uma tentativa para redemocratizar e descolonizar as mídias (BERNI, 2022). Nessa direção, é interessante notar que o *Sul21*, criado em 2010, desde 2020 passou a ser gerido por um coletivo dos próprios profissionais da redação, o que demonstra a busca pelo exercício da cidadania comunicativa efetiva pelos jornalistas, também sujeitos ativos, com influência sobre os dizeres e rumos institucionais das mídias.

Resta saber até que ponto esses movimentos de mídias jornalísticas independentes, tanto editoriais e atrelados ao fazer jornalístico, como no caso do *Nonada Jornalismo*, quanto internos e ligados à avaliação das produções, exemplo da *Mangue Jornalismo* e de busca por desenvolver ações civis e políticas, segundo a proposta da *Associação Ecoa*, irão prosperar e se desenvolver, inclusive para que possam ser feitas análises aprofundadas sobre tais ações e sua representatividade em termos de descolonização das mídias e promoção da cidadania comunicativa no contexto brasileiro.

EM VIAS DE CONCLUIR

Este artigo partiu, em caráter experimental, de uma provocação acerca de como a cidadania comunicativa pode ressignificar a comunicação e o fazer jornalístico, em diálogo com uma perspectiva e uma práxis decolonial. Com o objetivo de responder a essa proposição, no primeiro tópico foram apresentadas algumas das contribuições dos estudos decoloniais para a comunicação e o jornalismo na América Latina e Brasil. Na sequência, trouxemos uma breve revisão bibliográfica, cujo objetivo principal foi entender algumas bases e os potenciais do conceito de cidadania comunicativa e as inter relações passíveis de serem consideradas em uma



aliança com a perspectiva decolonial, ou seja, um exercício de aproximação a partir das noções de *confluência* e *transmetodologia*.

A observação e a breve descrição, apontando ações e alguns movimentos de mídias jornalísticas em direção à decolonialidade e à cidadania comunicativa, realizada a partir dos exemplos do *Nonada Jornalismo*, *Mangue Jornalismo* e *Associação Ecoa*, permite cogitar chances de existência de espaços que pensem a relação entre sujeitos e suas experiências de vida à luz de conceitos e de modos *outros* de compreender as práxis comunicativa e jornalística.

Um olhar para as desigualdades advindas do sistema mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2017) e para fratura colonial entre questões ambientais e sociais (FERDINAND, 2022) demanda a busca por novos modos de pesquisar, comunicar e noticiar. Os desafios enfrentados pelo avanço do negacionismo, tecnicismo e as crises de credibilidade e audiência que afetam as mídias jornalísticas, também indicam a necessidade de movimentos que transformem e ressignifiquem os modelos de pensar e fazer jornalismo. A tudo isto, soma-se a crise climática que afeta o planeta, o que destaca a necessidade de mais pesquisas e o aprofundamento de investigações que coloquem em evidência a “fratura colonial” e os modos de resistência decolonial, plural e cidadã diante deste contexto.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BERNI, Felipe Collar. Cidadania comunicativa e o redimensionamento do sujeito em inter-relações com os meios: perspectivas e problematizações. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2022. Disponível em:

<https://periodicos2.unemat.br/index.php/ccs/article/view/10614>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BONITO, Marco Antonio. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. 2015. Tese (doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Comunicação - Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>. Acesso em: 9 jan. 2023.

CORTINA, Adela. Para uma teoria da cidadania. Em: **Cidadãos do Mundo: Para uma**



teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: sair do porão. *Em: Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

LIMA, Verônica Maria Alves. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. *Em: Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo*. Amapá: UNIFAP, 2022. p. 70–90. Disponível em: <https://observatoriodh.com.br/?p=4495>. Acesso em: 13 nov. 2023.

LIMA, Verônica Maria Alves. Abrindo caminhos e tempos: encruzilhada como princípio para uma comunicação decolonizante. *Em: CASTRO LARA, Eloína; TORRICO VILLANUEVA, Erick Rolando; CEBRELLI, Alejandra (eds.). Pensares y haceres para una comunicación decolonial*. 1. ed. [s.l.] : Ciespal, 2023. DOI: 10.16921/ciespal.50. Disponível em: <https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/book/50>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S. l.], v. 58, 2021. DOI: 10.5380/dma.v58i0.75877. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/75877>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MALDONADO, Alberto Efendy. Transmetodología, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. *Intexto*, [S. l.], v. 0, n. 34, p. 713, 2015. DOI: 10.19132/1807-8583201534.713-727. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58439>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 31, p. 75–97, 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CxNvQSnhxqSTf4GkQvzck9G/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. *Fronteiras - estudos midiáticos*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 5–15, 2006. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>. Acesso em: 2 jul. 2023.

MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 32, n. 94, p. 01, 2017. DOI: 10.17666/329402/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Ecuador Debate. Descentralización : entre lo global y lo local*, [S. l.], n. Quito-CAAP, p. 227–238, 1998. Disponível em: <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6042>. Acesso em: 13 nov. 2023.



RESTREPO, Eduardo. Estudios culturales en América Latina. **Revista Estudos Culturais**, [S. l.], n. 1, p. 1–12, 2014. DOI: 10.11606/issn.2446-7693i1p1-12. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98369>. Acesso em: 21 abr. 2024.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. 1º ed. Popayán, Colômbia: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar Maestría en Estudios Culturales, Universidad Javeriana Editorial Universidad del Cauca, 2010.

SCHWAAB, Reges; DA SILVA, Anna Júlia Carlos. Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.10.21885. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21885>. Acesso em: 13 nov. 2023.

TEIXEIRA, Thays Helena Silva. **Metodologia da resistência: perspectivas para uma racionalidade da práxis em cidadania comunicativa**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da Midia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27083>.

TORRICO VILLANUEVA, Erick Rolando. Pilares teóricos latinoamericanos para la decolonización comunicacional. **Otros Logos: Revista de Estudios Críticos**, [S. l.], n. Universidad Nacional del Comahue, p. 62–84, 2018. Disponível em: https://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/Revistas/0009/6_2018_Torrico_7.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

TORRICO VILLANUEVA, Erick Rolando. **Comunicación (re)humanizadora: Ruta decolonial**. Quito, Ecuador: Ediciones Ciespal, 2022. Disponível em: <https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/download/40/42/301-2?inline=1>. Acesso em: 17 nov. 2023.